

DISCURSO, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A POLIFONIA NAS POLÍTICAS ESTADUAIS DE PRESERVAÇÃO EM SÃO LUÍS/MA

César Roberto Castro Chaves Everton¹

RESUMO

Análise das políticas estaduais de preservação de São Luís/Maranhão. Analisa os discursos de jornais da década de 1980 com o objetivo de perceber os enunciados e a polifonia das políticas de preservação. Destaca os inúmeros sujeitos que proferiram enunciados diversos sobre o processo de implementação dos programas de preservação em São Luís. Revela vozes distintas que corroboram com o processo de preservação, mas que divergem quanto à finalidade e usufruto do patrimônio depois de revitalizado. Reflete sobre o papel do turismo por meio dos discursos polifônicos dos jornais da época. Nesse sentido, a pesquisa realizada através das análises dos jornais da década de 1980 identifica sujeitos, enunciados, lugares discursivos e interesses sociais, econômicos e turísticos em torno das práticas de preservação na cidade. A pesquisa ampara-se teoricamente em conceitos elaborados pelo círculo teórico de Bakhtin, como enunciado, discurso e polifonia para refletir seus processos de apropriação nos jornais que trataram o momento de início do processo de revitalização em São Luís.

Palavras-chave: Discurso. Enunciado. Polifonia. Políticas de preservação. Turismo.

1 Professor Titular do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Mestre em Cultura e Sociedade – PGCULT /UFMA.

1 INTRODUÇÃO

O processo de construção do patrimônio no Maranhão ocorreu de forma tardia se comparado com os projetos de intervenção urbana com finalidade de preservação dos acervos culturais do Brasil, que datam das décadas de 1920 e culminam com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por meio do Decreto-lei nº 25 novembro de 1937 (BRASIL, 1937). Desde esse período, grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo passaram a serem alvos de políticas e programas de preservação do legado cultural e arquitetônico oriundo principalmente do período colonial brasileiro.

A política nacional de preservação passou a ser implementada de forma mais efetiva no Maranhão somente a partir da década de 1980, quando se iniciou o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH), responsável pela recuperação de áreas urbanas consideradas degradadas e dignas de valor histórico, arquitetônico e cultural.

Apesar de na primeira metade do século XX terem ocorrido inúmeras denúncias por parte de intelectuais em jornais locais acerca do precário estado de preservação do núcleo urbano antigo da cidade, a intensificação das ações federais de proteção do patrimônio só ocorre na década de 1970, mesmo os primeiros tombamentos tendo ocorrido em 1940, a Capela das Laranjeiras e o Portão da Quinta das Laranjeiras.

As discussões travadas nos jornais e espaços de debate a partir da década de 1940 foram no sentido de cobrar do poder público ações capazes de proteger o acervo cultural da cidade de São Luís do abandono no qual se encontrava. Diversos intelectuais, como Lopes Viana, fizeram profundas críticas que geraram debates no meio intelectualizado da época acerca do conjunto histórico e arquitetônico da cidade de São Luís.

Em 1943, esses intelectuais recuperam um instrumento institucional construído unilateralmente em 1936, que é transfigurado em uma instância participativa, ou pelo menos, de interação entre a esfera pública e a sociedade civil, a *Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município*. (LOPES, 2013, p. 281, grifo do autor).

Na primeira metade do século XX tentou-se reconhecer os bens de valor histórico e cultural em meio a um momento de governos intervencionistas que iniciaram um processo de remodelação urbana que objetiva modernizar a cidade antiga. Liderados naquele momento por Raimundo Lopes e Saboya Ribeiro, ambos visionários, um grupo de intelectuais tentou pressionar o Estado a se comprometer com a preservação do patrimônio local, mas não obtiveram grande sucesso.

Após alguns anos, ocorreu a ampliação do debate no meio político e intelectualizado acerca da necessidade de preservação, travado desde a primeira metade de século XX, o que fez com que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciasse um processo contínuo de tombamentos na cidade de São Luís. Esse processo se completou somente na década de 1960, abrangendo o conjunto urbanístico atual tombado pelo IPHAN e inscrito na lista do patrimônio mundial pela UNESCO em 1997.

O início das intervenções urbanísticas responsáveis por revitalizar o degradado sítio histórico de São Luís foi marcado por construções discursivas variadas em torno da necessidade de preservar em meio a tentativas de modernização da cidade de São Luís. Em meio a conflitos ideológicos o discurso preservacionista prevaleceu sobre o discurso dos que defendiam a modernização do centro histórico da cidade.

A gênese do pensamento preservacionista em São Luís é marcada por discursos que defendiam a construção do espaço urbano ideal para a época e por discursos que defendiam a conservação da tradição herdada, ambos travados de forma calorosa na imprensa local. Vale ressaltar que apesar dos conflitos ideológicos, ambos

os discursos contribuíram para o desenvolvimento da cidade que herdamos do século passado.

O interesse pela realização da pesquisa deve-se a necessidade de compreensão do quadro atual de preservação na cidade de São Luís a partir das categorias de sentido atribuídas ao conjunto urbano antigo da cidade, iniciadas desde o fim da década de 1970 e que ainda reverberam no imaginário social patrimonialista local.

O objetivo da pesquisa é utilizar os conceitos de discurso, enunciado e polifonia, oriundos da Análise do Discurso Francesa, especialmente dos postulados teóricos desenvolvidos por Bakhtin, e mostrar suas aplicações por meio da análise das primeiras políticas públicas estaduais de preservação na década de 1980 a partir da análise documental de jornais locais da época.

Na busca da concretização dos objetivos propostos pela pesquisa, procurou-se analisar como os jornais noticiavam o processo de preservação por meio dos intelectuais que corroboravam como o projeto de patrimonialização executado na época. Por meio dos discursos dos jornais, percebeu-se o quanto esses agentes sociais constituíam o local e a classe à qual pertenciam, em meio a um jogo discursivo no qual os sujeitos que recebiam tais mensagens eram afetados por suas estruturas de sentido, tanto de forma social, como política, cultural, econômica e ideológica.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo recorte histórico da década de 1980, período em que o Governo do Estado promoveu intensos investimentos em preservação na cidade de São Luís. O recorte justifica-se pelo fato de até esse momento não haver uma política institucionalizada de preservação na cidade de São Luís, apesar de existir correntes intelectualizadas desde a década de 1940 que criticavam o precário estado de preservação do legado colonial português que compõem o núcleo urbano antigo da cidade.

2 BREVE OLHAR SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) FRANCESA

A construção teórica do que viria a se consolidar posteriormente como Análise do Discurso iniciou-se na década de 1960, na França, através dos projetos teóricos de Michel Pêcheux. Foi este autor que realizou as primeiras elaborações desse campo disciplinar caracterizado por inúmeras revisões e mudanças conceituais essenciais ao longo de seu tempo de existência no campo do saber.

A história da análise do discurso francesa é, conforme Fernandes (2007, p. 85), marcada pela, “elaboração e reelaboração dos conceitos que constituem o aparato teórico e metodológico desse campo do saber”, dividido em três momentos distintos:

- a) maquinaria discursiva (entendida como um conjunto de discursos produzidos em um dado momento. Eram, portanto, considerados discursos homogêneos e fechados em si. Sendo o sujeito tratado como um ser assujeitado a sua formação social, com a ilusão de ser a fonte do discurso);
- b) formação discursiva (a teoria da análise do discurso toma de empréstimo o termo da obra de Michel Foucault, a partir de uma análise estrutural fechada, contrária ao primeiro momento, mas que ainda mantinha a noção de sujeito assujeitado); e
- c) desconstrução da noção de maquinaria discursiva fechada (neste momento, as ideias de homogeneidade do discurso e de estabilidade são banidas em função das chamadas garantias sócio históricas). São colocadas, a partir de então, várias interrogações acerca do sujeito e do discurso, desconstruindo de forma definitiva a ideia de maquinaria fechada.

Com a desconstrução definitiva das ideias de maquinaria fechada, e também de homogeneidade do discurso, tornou-se pos-

sível a consolidação de um terreno mais propício para a formulação e consolidação definitiva da análise do discurso como campo do saber, mesmo após a morte do pai de suas primeiras formulações em 1983, Michel Pêcheux (FERNANDES, 2007).

A análise do discurso nos permite olhar, de maneira interdisciplinar, entre as linhas do texto de modo a analisar o sentido do que é dito de maneira implícita ou explícita. A partir das contribuições da Análise do Discurso, ao analisar todo e qualquer discurso, o pesquisador deve atentar para o fato de que o mesmo é carregado de historicidade e de ideologia, fruto de suas condições de produção historicamente favoráveis à sua difusão.

Em relação ao desenvolvimento da análise do discurso enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, ela surgiu da congregação da linguística, da psicanálise e da teoria marxista, provocando uma verdadeira revolução nos estudos da língua, que até então, não ultrapassam os limites da frase (ORLANDI, 2002).

Na década de 1970 dois autores russos tiveram parte de suas obras publicadas em língua francesa, foram eles Bakhtin e Voloshinov. Naquele momento, as obras da década de 1920 *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e *Problemas da Poética de Dostoevski* passaram a ser de amplo conhecimento dos estudos sobre a análise do discurso na França, o que fez como que Bakhtin e seu círculo fossem incorporados à análise do discurso francesa.

A análise do discurso, enquanto teoria interdisciplinar de múltiplas abordagens, responsável por articular língua, sujeito e história, composta de várias linhas de estudo em virtude de estudos de autores diversos, tais como Pêcheux, Bakhtin e mais recentemente Foucault, foi incorporada tardiamente no Brasil pelo pioneirismo de Eni Orlandi, Beth Brait e Maria do Rosário Gregolin.

Em virtude das diversas correntes teóricas que compõem a análise do discurso, ela tem suscitado diferentes maneiras de ler e interpretar os postulados clássicos da análise do discurso no Brasil.

O fato de a AD tomar uma unidade de análise maior do que a frase fez que o estudo do ‘texto’ passasse a ocupar lugar central nos estudos linguísticos. E, exatamente por tomar esse objeto complexo, a AD seguiu várias direções, com diferentes concepções epistemológicas e metodológicas. O que as unifica, no entanto, é o fato de tomarem o seu objeto do ponto de vista linguístico e de procurarem, no texto, o estudo da discursivização (GREGOLIN, 1995, p. 13).

Para Brait (2007, p. 171) Bakhtin estabelece que “o sujeito não se constitui apenas pela ação discursiva, mas todas as atividades humanas, mesmo as mediadas pelo discurso, oferecem espaço de encontros de constituição da subjetividade, pela constituição de sentidos”. A linguagem e a história são duas unidades semânticas que se entrelaçam na constituição do discurso, sendo o discurso proferido por sujeitos historicamente situados num dado momento histórico com certa carga ideológica que influencia de maneira determinante os processos de construção e difusão de discursos.

No que tange ao aspecto histórico da construção do discurso, Fernandes (2007, p. 52) destaca que “o aspecto histórico decorre da interação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo da linha do tempo, que conduz para a constituição de novos grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos”. O exposto nos faz remeter a ideia de que em uma dada formação discursiva encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos. Porém, estes mesmos elementos fazem parte de formações discursivas presentes sob novas formas de produção, integrados a um novo contexto histórico, com novos efeitos de sentido. Os discursos, portanto, são governados por formações ideológicas.

Imersos em uma dada formação discursiva, existem vários discursos proferidos por vozes distintas, com aspectos ideológicos intimamente relacionados. Essas várias vozes proferidas pelos sujeitos ou grupos sociais são chamadas de polifonia.

Brait (2007, p. 191-192) afirma que:

Na ótica da polifonia, as personagens que povoam o universo romanesco estão em constante evolução. O dialogismo e a polifonia estão vinculados à natureza ampla e multifacetada do universo romanesco, ao seu povoamento por um grande número de personagens, à capacidade do romancista para recriar a riqueza dos seres e caracteres humanos traduzida na multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada.

Em relação ao termo dialogismo cunhado por Bakhtin, Brait (2007, p. 55) explana que “o princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação”. Dialogismo, portanto, refere-se às mais variadas relações que se estabelecem entre o “Eu” e o “Outro” nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos.

O conceito de polifonia, elaborado pelo filósofo e historiador russo Mikhail Bakhtin, a partir de seus estudos sobre o romance de Dostoiévski, fez surgir uma nova categoria romanesca denominada Romance Polifônico. Esta categoria de romance concebe seu pensar sobre a forma de refletir a complexidade do romance, em sua estruturação pelos discursos, e as diferentes vozes presentes em uma obra literária.

A polifonia consiste em: “vozes, oriundas de diferentes espaços sociais e diferentes discursos, constitutivas do sujeito discursivo”. A voz do sujeito revela o lugar social, expressando um conjunto de outras vozes integrantes de uma dada realidade social, ecoando o lugar sócio histórico (FERNANDES, 2007, p. 45).

Torna-se relevante destacar que o sujeito Bakhtiniano, diferentemente de Pêcheux, não está completamente assujeitado aos discursos sociais. Ele não é um ser social completamente determinado pelo meio, ele o determina e também interfere no meio social

do qual faz parte, de forma responsiva, ou seja, tem responsabilidade pelos seus atos e controle de suas ações.

O enunciado é, na maioria das vezes, social. O indivíduo que profere o enunciado, na maioria das vezes profere a sociedade. O sujeito discursivo carrega em sua voz, em seu discurso, outros discursos e ideologias que o influenciam direta ou indiretamente os seus enunciados.

Brait (2006, p. 265) afirma que “é a partir dos enunciados concretos que a vida entra na língua”. O enunciado, portanto, é considerado um núcleo problemático de importância excepcional em sua obra e na análise do discurso. Sendo assim, cada enunciado, mesmo na forma de diálogo cotidiano, por mais simples que pareça ser, acaba possuindo uma conclusibilidade específica ao exprimir certo posicionamento do autor falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva.

A partir desses postulados teóricos, busca-se neste estudo utilizar os conceitos de discurso, enunciado, e polifonia, oriundos da análise do discurso francesa para pensar as condições históricas e ideológicas que propiciaram a elaboração de todo um conjunto de políticas de preservação implementadas no centro histórico da cidade de São Luís a partir da década de 1980.

3 A CONSTRUÇÃO DOS ENUNCIADOS E O DISCURSO POLIFÔNICO DO TURISMO EM MEIO AS POLÍTICAS ESTADUAIS DE PRESERVAÇÃO

O discurso da preservação ganhou fôlego em São Luís no fim da década de 1970, em meio a uma conjuntura política que mesclava militarismo com populismo. A Praia Grande, comumente considerado o mais relevante bairro do sítio histórico local, era considerado para os preservacionistas da época um lugar tenebroso, perigoso e destruído, completamente abandonado. Era visto como

um bairro de imponentes edificações coloniais portuguesas em estado de completo abandono por parte do poder público e elites locais, uma área doente da cidade que necessitava de investimentos para sua preservação.

Por uma série de razões aquele espaço urbano, historicamente representativo para o povo maranhense, caiu em desuso. O desuso das velhas elites locais em relação ao núcleo urbano antigo da cidade de São Luís gerou um estado caótico de abandono urbanístico do centro antigo da cidade, quadro esse que passou a suscitar discursos que clamavam por investimentos em preservação.

No fim da década de 1970, o conjunto urbano protegido em nível federal pelo IPHAN passou a ser alvo de um conjunto de políticas estaduais de reabilitação urbana que culminaram com a criação do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís em 1980 e implementado de forma contínua nas décadas posteriores.

Naquele contexto histórico, um arquiteto americano denominado John Gisiger elaborou um álbum denominado *Renovação Urbana da Praia Grande* como proposta de revitalização para área tombada. Este documento serviu de base para as discussões em torno das políticas de revitalização do sítio histórico de São Luís travadas por meio do I Seminário Nacional do Bairro da Praia Grande, ocorrido em 1979 em parceria pelo Governo e Estado e IPHAN.

Na época, por uma questão técnica e conceitual, o termo *Renovação Urbana* causou grande confusão semântica em meio aos preservacionistas em âmbito nacional. Renovar, para os estudos urbanísticos, significa destruir para construir, o que provocou a vinda em caráter de urgência do presidente nacional do IPHAN para o Maranhão a fim de apurar o que se gestava em termos de proposta urbanística para a cidade de São Luís (ANDRÈS, 2006).

A vinda do representante máximo do IPHAN, além de apressar a criação de uma sede administrativa do respectivo órgão em São Luís, desencadeou a criação de um grande seminário realizado

pelo governo estadual em parceria com o órgão federal. Neste evento, técnicos em preservação de várias partes do Brasil discutiram a proposta elaborada pelo arquiteto americano. O evento resultou em 11 políticas que deram origem a primeira versão do PPRCH. O referido documento orientou as intervenções sobre o espaço urbano local realizadas ao longo das décadas posteriores.

Desde o início do processo de implementação dos projetos de revitalização em São Luís, o discurso técnico e institucional estabeleceu o bairro da Praia Grande como área mais significativa para receber os elevados investimentos que passariam a ser alocados para a preservação do conjunto urbano tombado da cidade.

Os enunciados institucionais sobre a necessidade de preservar, em especial a Praia Grande, se referiam em relação ao estado de abandono do patrimônio histórico maranhense da seguinte maneira:

Este quadro de abandono e arruinamento começa a ser revertido no final dos anos 80, quando o Governo do Estado do Maranhão inicia um inédito e ousado programa de investimentos, predominantemente com recursos próprios, e após um período de levantamentos, elaboração de projetos e pesquisas e de consultas aos diversos segmentos da sociedade, dá curso à revitalização da área mais significativa do Centro Histórico, no tradicional bairro da Praia Grande, recuperando a totalidade dos serviços de infraestrutura, retornando às dimensões originais de ruas e passeios, através das obras e projetos integrantes do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PROJETO PRAIA GRANDE - REVIVER, implantados no período 1978-1996 (MARANHÃO, 1997, p. 24).

A partir do exposto, é evidente que a atenção inicial com a preservação urbana se dá de maneira exclusiva sobre a Praia Grande, considerado como o mais significativo bairro do centro histórico de São Luís. O antigo bairro comercial / residencial que abrigava as ricas e tradicionais famílias maranhenses, depois de um longo período de abandono, passou a ser alvo de preocupação com

relação à destruição do patrimônio maranhense. Fato este que justificou os pesados investimentos em revitalização urbana, dada sua importância histórica e vocação natural para o turismo, conforme discurso institucional.

O sentimento de perda das heranças culturais locais, em grande parte elitista, passou a ser denunciado pelos intelectuais locais em diversos espaços e veículos de comunicação da época, sobretudo nos jornais locais da última metade do século XX, que claramente defendiam o uso turístico após as obras de requalificação do espaço urbano.

A Empresa Maranhense de Turismo deverá iniciar, dentro dos próximos dias, a veiculação de propaganda turística sobre São Luís no Brasil e no exterior, com o objetivo de divulgar o potencial turístico da capital do Estado, atraindo para cá mais visitantes. [...] os filmes sobre São Luís serão produzidos pela Secretaria de Comunicação Social do Estado, abordando passagens de nossa história, mostrando monumentos e patrimônio arquitetônico, cujo conjunto passa atualmente por uma recuperação completa (MARATUR..., 1988, p. 2).

Os enunciados veiculados pela mídia local aos poucos construíram um consenso passadista que demonstrava grande expectativa em torno do processo de revitalização do patrimônio e sua consequente utilização turística. Esses enunciados, por vezes divergentes, tinham como característica principal a clara identificação de uma mentalidade preservacionista em meio ao momento histórico de necessidade de modernização da cidade.

Os processos de modernização iniciados desde a primeira metade do século XX acabaram por se concretizar somente a partir da década de 1970, mas em direção às frentes litorâneas da cidade. Tal processo foi reflexo das escolhas urbanísticas da época, o que possibilitou tanto o abandono quanto os consequentes processos de revitalização do conjunto urbano antigo da cidade.

Dentre os inúmeros discursos que emergiam na época, destacam-se os que defendiam o patrimônio como fator de desenvolvimento local, pois almejavam o uso turístico do patrimônio devido sua capacidade de geração de emprego e renda. Havia também discursos que se preocupavam quase que exclusivamente com a preservação das heranças culturais para o usufruto das gerações futuras; e por fim, eram também proferidos discursos ligados a questão identitária, eram discursos fortemente atrelados à formação da identidade nacional.

Essa diversidade de vozes em meio aos discursos que tinham como interesse a preservação do patrimônio em São Luís girava em torno de três eixos distintos:

- a) patrimônio e desenvolvimento local pelo uso do turismo;
- b) patrimônio e preservação das heranças culturais; e
- c) patrimônio e identidade nacional.

Essas visões foram amplamente difundidas por meio de discursos publicados nos jornais locais, marcados por uma profunda polifonia que externava um mesmo propósito, ou seja, a preservação. Vale ressaltar que esses múltiplos olhares sobre o patrimônio eram fruto das mais diversas tendências preservacionistas da época.

Desde as primeiras intervenções ocorridas no início da década de 1980, as áreas marginais do centro histórico passaram a ser valorizadas economicamente, fazendo surgir o fenômeno da especulação imobiliária na região, como fora noticiado pelo jornal *O Imparcial* de outubro de 1983. Jornal no qual o economista José Ribamar Sousa dos Reis, dirigente da Fundação Joaquim Nabuco, fez a seguinte constatação:

A medida em que as obras de restauração da Praia Grande vão sendo intensificadas [...] os proprietários de imóveis selecionados estão aproveitando essa perspectiva para aviltarem os preços. [...]

o processo restaurador tem sido muito lento, pelas naturais dificuldades de recursos, gerando a especulação imobiliária, altamente danosa aos interesses do Estado (ESPECULAÇÃO..., 1983, p. 9).

Em meio à genealogia do patrimônio em São Luís, várias vozes ecoavam a importância da preservação do patrimônio edificado. Os enunciadores enalteciam o legado cultural da cidade materializado em suas ruas, praças, becos e casarões, personagens, lendas e fatos da história local. Todo esse patrimônio retratado nos discursos da época representava uma época considerada grandiosa por boa parte dos intelectuais locais, ou seja, o período da Atenas Brasileira.

Nos últimos dois meses, mais de doze prédios tombados pelo Patrimônio Histórico foram derrubados pelas chuvas. Contra esses casarões havia o peso dos séculos, a ação das intempéries e, principalmente a omissão do Poder Público responsável pela preservação das três mil unidades que compõem o acervo arquitetônico do Estado (PATRIMÔNIO..., 1985, p. 34).

A preocupação com a preservação da memória, de um passado considerado de glórias, conforme mostra a matéria veiculada no jornal O Imparcial de 1979, foi marcante nas falas dos intelectuais da cidade naquele período, o que fez surgir inúmeros apelos nos jornais da época em prol da preservação do conjunto arquitetônico da cidade.

Há cerca de três anos procurei o professor Antenor Bogéa, então diretor da faculdade de Direito para levar-lhe algumas inquietações minhas, principalmente no tocante a preservação de São Luís e Alcântara. Angustiava-me a predação contínua que vinham sofrendo estas ilustres cidades e a falta de uma consciência coletiva em torno de seus principais problemas [...] (PEREIRA, 1979, p. 7).

A repercussão foi tamanha, que inúmeras outras vozes passaram a defender além da preservação, a sua aliança com o turismo. Dessa forma, a prática do turismo foi desde cedo apontada enquanto maneira capaz de contribuir com a preservação do patrimônio e

ao mesmo tempo gerar emprego e renda para diversos setores da economia maranhense.

Boa parte dos discursos jornalísticos da época defendiam a possibilidade da preservação do sítio histórico local e os usos turísticos do patrimônio. O que se percebe ao analisar os discursos jornalísticos da época é que os mesmos refletem de forma marcante o lugar histórico e social desses enunciadores. Houve uma grande euforia acerca da possibilidade real de inserção da cidade de São Luís no competitivo mercado mundial de cidades turísticas. Tal inserção era vista por muitos como a redenção para a frágil economia local na medida em que seria responsável por gerar empregos e divisas para a cidade por meio do turismo.

Daqui para adiante as agências de Turismo do Sul vão incluir São Luís nos roteiros dos transatlânticos, como já foi feito em janeiro passado. Por esta razão o Executivo Municipal necessita voltar os olhos para a capital maranhense com mais carinho, atacando o asfaltamento das ruas, determinando a retirada de barro dos logradouros, dirigindo a alguns munícipes a limpeza de seus casarões que infelizmente estampam capins e outros arbustos nos telhados [...] (SÃO LUÍS..., 1981).

A partir do exposto pode-se perceber o quanto o imaginário local estava encantado com a possibilidade de ganhos a partir dos chamados efeitos multiplicadores do turismo. A prática do turismo, além de gerar divisas e postos de trabalho, seria capaz de resolver problemas seculares de infraestrutura urbana da cidade de São Luís na medida em que suas ruas iriam ser asfaltadas e a limpeza pública efetivada.

Outros discursos marcantes na época giravam em torno do chamado *mito da Atenas Brasileira*, marcante nos enunciados dos intelectuais que publicavam seus textos a favor da preservação nos jornais da cidade. Tais enunciados defendiam a importância do poder público estadual enquanto responsável pelas políticas de preservação.

Todos quanto amam em São Luís suas características históricas, entre os quais seu riquíssimo patrimônio arquitetônico tem agora motivos de grande alegria diante da sabia decisão do governo do estado em lançar este programa que certamente trará de volta o brilho da eterna Atenas Brasileira. A proteção e revitalização da área tombada da cidade assegurará um perfeito trabalho de preservação do que é possivelmente o maior conjunto de arquitetura colonial do Brasil [...]
(SÃO LUÍS..., 1981).

A especulação imobiliária também era um tema bastante abordado nos jornais da época, pois já era sabido que a intervenções sobre o espaço urbano iriam impulsionar a elevação dos preços dos imóveis, o que iria impactar fortemente sobre o custo de permanência das pessoas nas áreas que seriam alvo das obras de revitalização.

A medida em que as obras de restauração da Praia Grande vão sendo intensificadas, e vai havendo a necessidade de ocupação de maiores espaços dentro do projeto que prevê a utilização de sete hectares, os proprietários de imóveis selecionados, estão aproveitando essa perspectiva para aviltarem os preços. [...] o processo restaurador tem sido muito lento, pelas naturais dificuldades de recursos, gerando a especulação imobiliária, altamente danosa aos interesses do estado (A ESPECULAÇÃO..., 1983).

O que se percebe, ao analisar o enunciado anterior, é que mesmo em fase embrionária, já se sabia que o processo de revitalização do sítio histórico local iria contribuir para valorização econômica e imobiliária do espaço urbano. Também já era sabido que as áreas de intervenção seriam alvo de especulação imobiliária na medida em que os proprietários poderiam supervalorizar os imóveis antes mesmo de toda a intervenção urbanística fosse concluída.

Em meio a essa complexa teia de interesses no patrimônio, setores ligados ao turismo começaram a vislumbrar o surgimento e consolidação do turismo cultural no centro histórico.

A Empresa Maranhense de Turismo deverá iniciar, dentro dos próximos dias, a veiculação de propaganda turística sobre São Luís no Brasil e no exterior, como o objetivo de divulgar o potencial turístico da capital do estado, atraindo para cá mais visitantes, conforme sugestão do governador Cafeteira, com a participação das agências de turismo e rede de hotéis e similares (MARATUR..., 1988, p. 2).

A partir de então, começou-se a montar todo um aparato público e privado capaz de incentivar a vinda de turistas para a cidade de São Luís. O objetivo as ações em médio e longo prazo seria transformar São Luís em cidade turística por meio da construção da imagem do centro histórico.

[...] agora será possível efetivamente a exploração do potencial turístico da cidade. 'O turismo é uma das vocações naturais do Maranhão e São Luís é privilegiada em recursos naturais e em seu acervo histórico e arquitetônico'. [...] o que estava faltando para incrementar o turismo do Maranhão era principalmente arrumar a casa. 'Se tivermos a consciência de manter uma cidade limpa, decente, para o próprio povo maranhense, automaticamente estaremos aptos a receber o turismo e a fonte de renda que ele representa'. [...] o turismo é capaz de assegurar a geração de emprego e a melhoria da renda (POTENCIAL..., 1989, p. 2).

A fala cima é de Luiz Phelipe Àndrés, engenheiro designado pelo Governo do Estado para chefiar a equipe técnica responsável pelo planejamento e obras de intervenção urbanística sobre no centro histórico da cidade de São Luís. A pesar de sua preocupação central não ser o turismo, mas a reabilitação do conjunto urbano para vários usos de acordo com o plano de restauro elaborado para o conjunto urbano antigo, era notório que não havia como não destacar o turismo como importante aliado na preservação do

patrimônio. Pois na medida em que os acervos eram revitalizados e entregues a população, a necessidade de explorar, comunicar, divulgar e visitar o legado cultural passou a ser crescente.

Assim que prédios, ruas e calçadas históricas passaram a ser revitalizados, novos usos e atores foram se apropriando do espaço. Antigos sujeitos que ocupavam clandestinamente os velhos casarões abandonados pelas elites locais foram dando lugar a transeuntes que buscavam na boemia um motivo para ir ao bairro da Praia Grande, principalmente nos fins de semana, por meio de uma embriaguez que supostamente faria reviver o passado de forma rósea.

No fim da década de 1980, diversas repartições públicas foram alocadas para a área, provocando a ida e vinda diurna de funcionários e cidadãos que buscavam nos órgãos públicos a prestação de serviços essenciais ofertados pelo Estado.

No período da noite, os bares e restaurantes passam a tomar conta da cena, enfileiram suas mesas e cadeiras sobre as calçadas públicas em meio a um vai e vem de pessoas que buscam contemplar a paisagem histórica, e usufruir dos serviços oferecidos pela nascente infraestrutura de lazer e turismo que se estabeleceu sobre o local.

O governador Eptácio Cafeteira disse ontem que a maioria das repartições públicas do Estado será transferida para a área da Praia Grande, passando a ocupar os casarões do Estado que estão sendo recuperados pelo governo. [...] as repartições transferidas, disse Cafeteira, terão que se adequar de se adequar às condições dos prédios e não o contrário, pois o objetivo do investimento da Praia Grande é devolver a ela todas as características que tinha até o início do século (REPARTIÇÕES..., 1989).

Com a revitalização do espaço urbano antigo, muitos agentes passaram a investir em infraestrutura turística capaz de atrair visitantes que queriam conhecer o novo cartão postal da cidade.

[...] A Praia Grande atrai não só nos finais de semana, mas todos os dias, centenas de pessoas que se deliciam entre os

casarões do século XVIII. Ali sem dúvida virou um polo de atração turística, que estava morto há duzentos anos. [...] Existem bares de todos os tipos, como o bar da 'Zinha', que mostra a sua beleza com as mesas acorrentadas e ainda o bar "Risco de Vida" (PRAIA GRANDE..., 1990, p. 5).

A possibilidade de lucros por meio do uso turístico era tamanha que nos faz destacar o papel da Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), que passou a pressionar a gráfica responsável pela confecção de um livro sobre o projeto Reviver, como atesta a matéria jornalística abaixo:

A Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR) está pressionando a gráfica Minerva para que conclua a impressão do livro que documenta as várias etapas de execução do projeto reviver, através de fotos de Edgar Rocha e texto de Luiz Felipe Andrès (MARATUR..., 1961, p. 4).

Em meio aos variados discursos preservacionistas da época, o turismo tinha destaque em virtude das expectativas econômicas que foram criadas em relação ao uso turístico do patrimônio. Em resposta a esses discursos, o poder público, por meio da MARATUR, procurou de diversas formas de incentivar a prática do turismo, quer incentivando a iniciativa privada a fazer investimentos em hotéis pousadas e restaurantes, quer divulgando as imagens da cidade como se fosse uma grande marca, uma grife recém-lançada e com a necessidade de se consolidar enquanto produto cultural e turístico. O chamado *trade* turístico local passou a ofertar aos visitantes um cardápio de produtos turísticos com o objetivo de consolidar o lazer e o turismo como formas de uso, preservação e manutenção para a área revitalizada.

A habitação também figurava enquanto discurso em meio aos processos de intervenção urbana do espaço urbano local. O programa de revitalização estabelecido para o centro histórico de São Luís tinha um subprograma dedicado exclusivamente a ela-

boração de projetos habitacionais. Mas o fato é que pouquíssimos investimentos em habitação foram realizados ao longo do processo de revitalização do patrimônio na cidade.

A transformação de prédios do centro histórico de São Luís em unidades habitacionais para trabalhadores é o que prevê o Subprograma de Habitação que está em fase de elaboração por técnicos do Projeto Praia Grande. A ideia é restaurar diversos imóveis e, ao mesmo tempo, contribuir para a resolução do grave problema habitacional que hoje se verifica na capital maranhense. [...] propôs, pela primeira vez, a melhoria das condições de habitualidade da população que hoje ocupa diversos cortiços existentes no centro histórico da cidade (GOVERNO, 1987, p. 10).

Em entrevista realizada com a ex-superintendente da 3ª Regional do IPHAN- MA, a mesma afirma que:

O Projeto Praia Grande era um projeto muito completo, inclusive em termos de habitação. Ele foi sendo desenvolvido ao longo desses anos, e a última etapa desse projeto era a etapa da habitação, que não se avançou muito. O Estado conseguiu fazer cinco unidades de habitação em prédios que eram de sua propriedade, que eram repartições públicas que foram retiradas daqui, passaram para a parte mais contemporânea da cidade, mas que voltava para o uso da habitação como não se conseguiu financiamento da caixa, pois esse é um problema que nós temos até hoje. O Estado brasileiro tomba os sítios urbanos como patrimônio nacional, mas até hoje não existe uma política efetiva do governo federal voltada à questão da moradia, da habitação, subsidiando essas moradias (Informação Verbal).

Pode-se inferir que há um profundo descontentamento em relação ao descaso público com a questão habitacional em áreas históricas tombadas pelo Governo Federal. Não há uma política efetiva capaz de resolver o problema da habitação em cidades históricas devido à ausência de linhas de crédito públicas ou privadas capazes de subsidiar projetos habitacionais em centros históricos. Porém, o que não fica claro na fala da ex-superintendente da 3ª Regional do IPHAN- MA é que tipo de moradia o órgão pensa estimular no centro histórico, se social como os moradores reivindicam,

ou se para *outsiders* (artistas, intelectuais, gringos, funcionários públicos), como o poder público tem estimulado.

Após 36 anos de investimentos pesados em preservação, estima-se que algo em torno de R\$ 190.000.000,00 (Centro e Noventa Milhões de reais em valores atualizados) foram investidos em reabilitação urbana no centro histórico de São Luís (ANDRÊS, 2006), valores jamais aplicados de forma concentrada no mesmo período em nenhuma outra área da cidade.

Os discursos proferidos pelos mais diversos enunciadores ao longo do tempo e espaço da preservação em São Luís revelam, por meio das múltiplas vozes que compõem a teia discursiva local, que apesar dos volumosos investimentos realizados, as demandas dos mais diversos enunciadores que defendem há décadas a preservação do patrimônio ainda não foram contempladas.

Os grupos de enunciadores que sempre defenderam a preservação do patrimônio aliada ao desenvolvimento local pelo uso do turismo clamam ainda hoje pela valorização do turismo como umas das prioridades da administração pública. Da mesma forma aqueles que defendiam preservação das heranças culturais como direito às gerações futuras reclamam do precário estado de preservação do sítio histórico de São Luís. Por fim, aqueles que sempre conceberam o valor patrimônio pelo viés da sua relação com a identidade nacional, hoje reconhecem os novos patrimônios como também signos da cultura e identidade nacional, ainda em construção.

4 CONCLUSÃO

O estudo utilizou fundamentação teórica da análise do discurso francesa, principalmente de autores que corroboram com os postulados do Círculo Bakhtiniano, para analisar os enunciados e a polifonia nas políticas estaduais de preservação a partir da década

de 1980, momento no qual se iniciou um programa de intervenções urbanísticas responsáveis pela reabilitação de áreas degradadas no bairro da Praia Grande.

Discutiu-se os conceitos de discurso, enunciado e polifonia com o intuito de compreender os diversos enunciados em meio aos discursos que legitimaram as políticas de patrimônio e suas relações com o turismo. Foi levantado um corpus documental formado por diversos jornais da década de 1980 que retratam diversos acontecimentos relevantes do processo de revitalização em São Luís para se perceber como os conceitos sujeito, enunciado e polifonia são articulados pelos discursos de jornais da época.

Após analisar os enunciados dos jornais que noticiavam o processo de reabilitação do patrimônio em São Luís, pôde-se perceber o quanto diversos agentes sociais construíram discursos e estruturas de sentido que revelavam interesses diversos, tais como políticos, econômicos e ideológicos.

As análises realizadas em torno das notícias de jornais sobre o programa de revitalização implementado em São Luís revelam uma teia discursiva que girava em torno dos eixos econômico-turístico, da identidade e do legado cultural.

Para os agentes que defendiam o patrimônio por sua relação com o desenvolvimento local por meio da geração de divisas via turismo, o patrimônio era concebido como a “galinha dos ovos de ouro”, responsável por equilibrar a economia local e inserir a cidade de São Luís no rol das cidades turísticas nacionais e mundiais.

As políticas de reabilitação urbana tornaram a Praia Grande uma das mais importantes e visitadas áreas de lazer da cidade nas décadas de 1980 e 1990. A partir desse contexto, o sentido habitual de lugar de moradia migrou para a concepção de lugar transitório e de animação cultural.

Novas relações identitárias foram criadas entre as pessoas e espaço urbano após a revitalização. O projeto de transformação da Praia Grande em centro administrativo fracassou, haja vista que a partir da década de 2000 as repartições públicas passaram a ser transferidas em massa do centro histórico para outras áreas da cidade, mais valorizadas economicamente. Por conta desse fenômeno, as apropriações do turismo e do lazer passaram a predominar no centro histórico da capital do Maranhão, embora de maneira muito restrita aos meses de férias, que coincidem com a chamada alta estação do turismo.

O que percebemos ao longo dos estudos realizados sobre os processos de preservação na cidade de São Luís, é que se acentuou a mercadorização da cultura e do patrimônio sem, contudo, se desenvolver de forma efetiva, tanto o turismo cultural quanto as demandas habitacionais para os moradores do centro histórico.

A partir do estudo realizado verificou-se a necessidade de aprofundar os discursos acerca da habitação no centro histórico de São Luís. Inúmeras matérias de jornais da época apontam a preocupação do Estado em garantir condições dignas de preservação por meio da criação de subprogramas habitacionais, mas que não tiveram grande êxito e reconhecimento por parte dos moradores e entidades representativas do centro histórico.

A articulação de discursos e práticas acerca da moradia no centro histórico é de suma importância para a compreensão das políticas de preservação e dos interesses sociais, algo extremamente denunciado pelos setores representativos da comunidade, mas que merece maior atenção por meio de pesquisas futuras sobre os usos sociais do patrimônio no centro histórico de São Luís.

SPEECH, TOURISM AND CULTURAL PATRIMONY: THE POLYPHONY IN THE STATE PRESERVATION POLICIES IN SÃO LUÍS / MA

ABSTRACT

Analysis of state preservation policies of São Luís /Maranhão. It analyzes the newspaper speech of the 1980s with the objective of perceiving the statements and the polyphony of preservation policies. It highlights the innumerable subjects who gave different statements on the process of implementing the preservation programs in São Luís. It reveals distinct voices that corroborate with the preservation process, but which diverge as to the purpose and usufruct of the patrimony after revitalized. It reflects on the role of tourism through the polyphonic speech of the periodicals. In this sense, the research carried out through the analysis of the newspapers of the 1980s identifies subjects, statements, discursive places and social, economic and tourist interests around the practices of preservation in the city. The research is theoretically based on concepts elaborated by Bakhtin's theoretical circle as an utterance, speech and polyphony to reflect his appropriation processes in the newspapers that dealt with the beginning of the revitalization process in São Luís.

Keywords: Speech. Statement. Polyphony. Preservation policies. Tourism.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís:** análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BRAIT, Beth (Org.). **BAKHTIN:** Conceitos chave. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2016.

ESPECULAÇÃO imobiliária na Praia Grande. **O Imparcial**. 07 de outubro de 1983.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Clara Luz, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc - IPHAN, 2005.

GOVERNO quer restaurar casarões para transformar em unidades habitacionais. **Diário do Norte**. 29 de novembro de 1987. p. 10.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. São Paulo: Alfa, 1995. P. 13-21.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, capital moderna e cidade colonial**: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicence. São Luís: Editora Aquarela, 2013.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO**. São Luís, 1997. (2ª versão).

MARATUR inicia veiculação de propaganda turística sobre São Luís no Brasil e no exterior. **Jornal de Hoje**, 25 de outubro de 1988, p. 2.

MARATUR pressiona gráfica. **O Estado do Maranhão**, 14 de abril de 1961, p. 4.

MARATUR projeta as imagens de São Luís no Brasil e no exterior: **Jornal de Hoje**. 25 de outubro de 1988. p. 2.

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PATRIMÔNIO em ruínas pede socorro. **Visa**. São Paulo. Abril de 1985. p. 34-35.

PEREIRA, Ribamar. **O Imparcial**, 11 de março de 1979, caderno suplemento, p. 7.

POTENCIAL turístico da Praia Grande. **O Estado do Maranhão**, 21 de dezembro de 1989, p. 2.

PRAIA GRANDE: embriaguês que leva ao passado. **O Imparcial**, 27 de janeiro de 1990, p. 5.

REPARTIÇÕES públicas do Estado vão para Praia Grande. **Jornal de Hoje**. 5 de julho de 1989.

SÃO LUÍS nos roteiros dos transatlânticos. **O Estado do Maranhão**, 06 de fevereiro de 1981.

MINICURRÍCULO

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (2009) e mestrado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (2012). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, cultura, educação patrimonial, análise de discurso e conflito e enfrentamento.